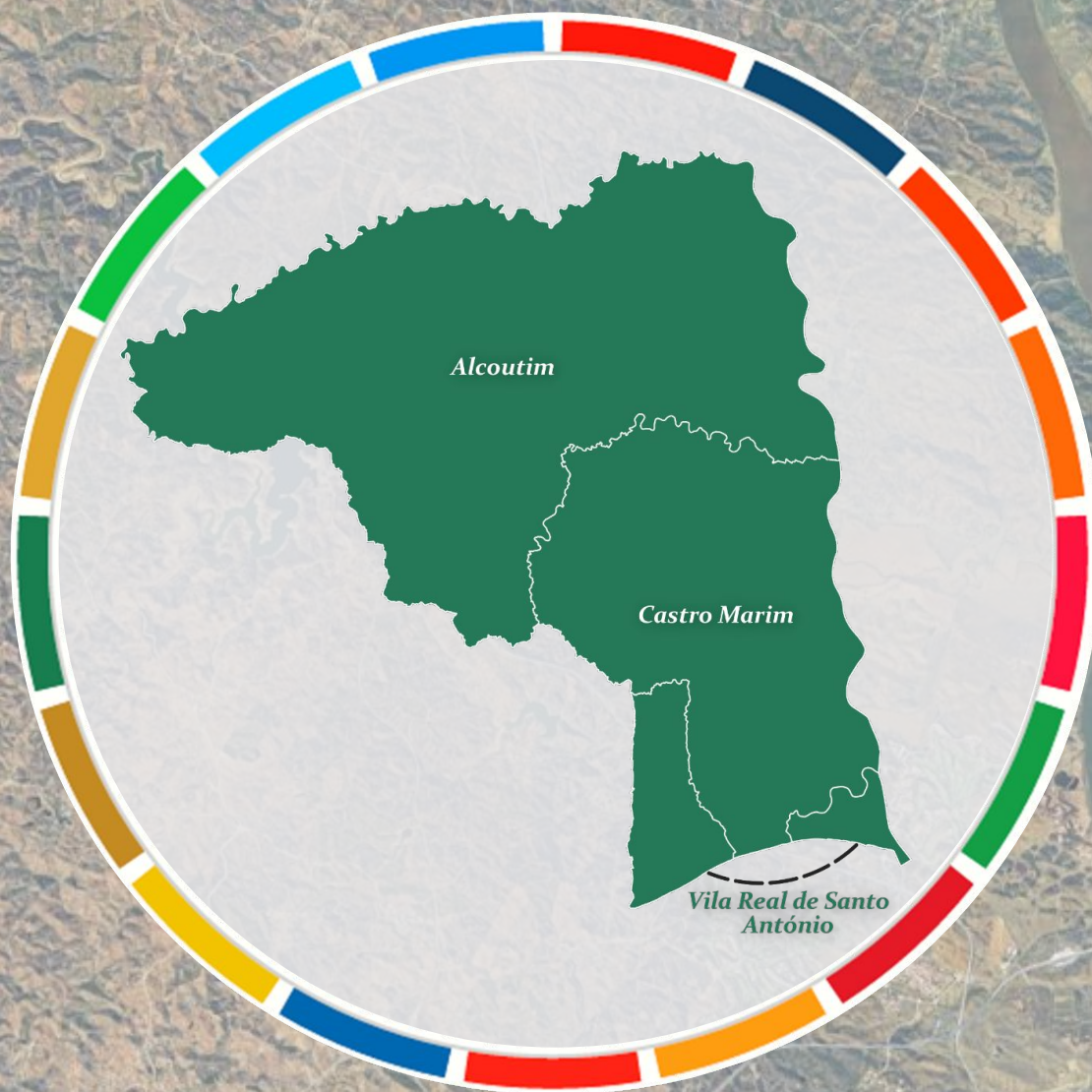


Sessão Prospetiva do Baixo Guadiana

Sumário Executivo



Mecenas:



Parceiros
ODSlocal:



Introdução

Com o mote “*Pensar o Futuro, Agir no Presente em Contextos Transfronteiriços*”, as Sessões Prospetivas da **ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** têm como objetivo principal aumentar a capacidade de reflexão estratégica de acordo com um padrão de desenvolvimento sustentável e inovador, capaz de resgatar equilíbrios locais, estimulando sinergias e aptidões replicáveis noutros municípios e regiões com características semelhantes. Este ciclo de sessões incide nas sub-regiões geográficas abrangidas pelo Programa PROMOVE, desenvolvido pela Fundação “la Caixa” em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A Sessão Prospetiva do Baixo Guadiana

No dia 26 de março de 2026 decorreu, na Biblioteca Municipal de Castro Marim, a sétima Sessão Prospetiva da Plataforma ODSlocal, com a colaboração da Câmara Municipal de Castro Marim, abrangendo 3 municípios: Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

A sessão contou com a participação de diversos atores do Baixo Guadiana, incluindo representantes de municípios e entidades com intervenção neste território que integra a AMAL – *Comunidade Intermunicipal do Algarve*.



Para além de uma primeira parte expositiva, constituiu-se um fórum de discussão com mesas de debate e reflexão, nas quais participaram diversos representantes e membros do poder político e executivo (nacional, regional, sub-regional e local), instituições educativas, empresários e representantes de grupos empresariais e de fundações, e diversas organizações da sociedade civil (associações, ONG, IPSS).

A primeira parte (manhã) contou com três painéis:

O **Painel de Abertura**, sob uma perspetiva introdutória, iniciou a sessão com intervenções de *Filomena Sintra* (Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim), *Paulo Paulino* (Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim) e *Patrícia Jerónimo* (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António).

O **Painel I – Desafios e Oportunidades no Baixo Guadiana** esteve centrado na exposição do diagnóstico ODSlocal, apresentado por *Luísa Schmidt* (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), destacando sobretudo as dimensões sociais e ambientais.

O **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, dedicado a uma reflexão sobre as perspetivas futuras, caminhos e orientações estratégicas para o Baixo Guadiana, assinalando as suas forças, desafios e oportunidades, contou com a participação de quatro oradores convidados: *Vânia Serrão de Sousa* (Pró-Reitora para as Ciências da Sustentabilidade da Universidade do Algarve), *Joaquim Brandão Pires* (Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL), *Pedro Prista* (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa) e *João Guerreiro* (Universidade do Algarve).

A **segunda parte (tarde)** foi dedicada à realização de um *workshop* participativo – **Fóruns de Discussão sobre o Baixo Guadiana** – onde os participantes e representantes das diversas entidades integraram quatro mesas de debate e reflexão. Num ambiente de diálogo, foram discutidas ideias, apontando caminhos no âmbito da Agenda 2030 e fortalecendo a capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios do Baixo Guadiana.

Diagnóstico ODSlocal do Baixo Guadiana

A avaliação de desempenho dos municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está dependente quer do conjunto de indicadores integrados na [Plataforma ODSlocal](#) associados a cada ODS, quer da medição da distância verificada entre os valores-base dos indicadores (de 2015) e os respetivos valores-meta estipulados para 2030. Estes valores são expressos em percentagem, indicando o progresso atual dos municípios perante o horizonte de 2030.

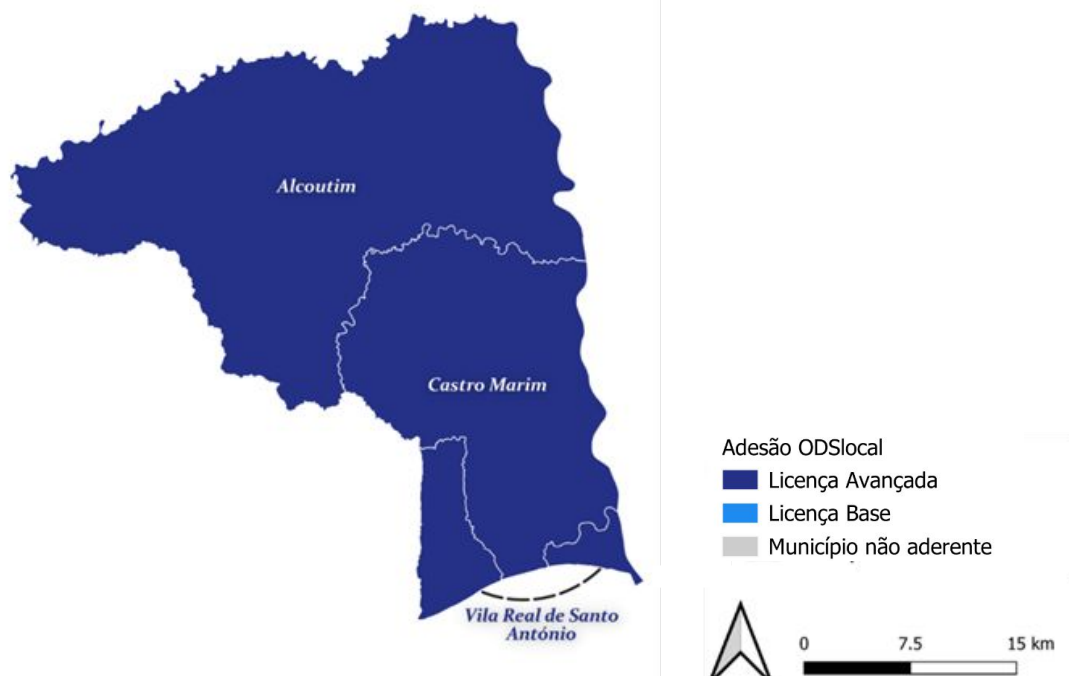
Figura 1 –
Desempenho médio dos municípios do Baixo Guadiana, por ODS (1º semestre de 2026)



O desempenho médio dos municípios do Baixo Guadiana é de 50% (primeiro trimestre de 2026), indicando um percurso que importa acelerar e aprofundar para assegurar o cumprimento da Agenda 2030. Discriminando o respetivo desempenho por cada um dos 17 (**Figura 1**), salientam-se, com melhores resultados, o **ODS 4 – Educação de Qualidade** (69%), o **ODS 6 – Água Potável e Saneamento** (67%), o **ODS 1 – Erradicar a Pobreza** (62%) e o **ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos** (61%).

No que diz respeito à adesão à Plataforma ODSlocal (**Figura 2**), os três municípios que integram o Baixo Guadiana são subscritores da modalidade de licença avançada, usufruindo dos serviços e ferramentas disponibilizados pela Plataforma.

Figura 2 –
Adesão à Plataforma ODSlocal no Baixo Guadiana



Para além da monitorização contínua de Indicadores de Referência municipais, abrangendo a totalidade do território nacional (continente e ilhas), a Plataforma ODSlocal contempla ainda o registo georreferenciado de iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030: [Projetos locais](#) e [Boas Práticas Municipais](#).



Promotores: Câmaras Municipais

Mapeamento: Técnicos Municipais registados no Portal ODSlocal

Âmbito Geográfico: Localização específica ou abrangendo todo o município



Promotores: Entidades coletivas exceto municípios

Mapeamento: Formulário aberto, mediante cumprimento de requisitos

Âmbito Geográfico: Localização exata e georreferenciável

Até à data da recolha de informação, 10 de março de 2026, encontravam-se mapeadas no portal, 155 Boas Práticas Municipais e 11 Projetos locais no Baixo Guadiana.

Figura 3 – Contributo das Boas Práticas municipais para os ODS no Baixo Guadiana (março de 2026)



Avaliando o contributo das iniciativas mapeadas para os ODS nos municípios do Baixo Guadiana, verifica-se que os ODS mais beneficiados pelo conjunto de **Boas Práticas** são o **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**, o **ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos** e o **ODS 10 – Reduzir as Desigualdades** e (**Figura 3**).

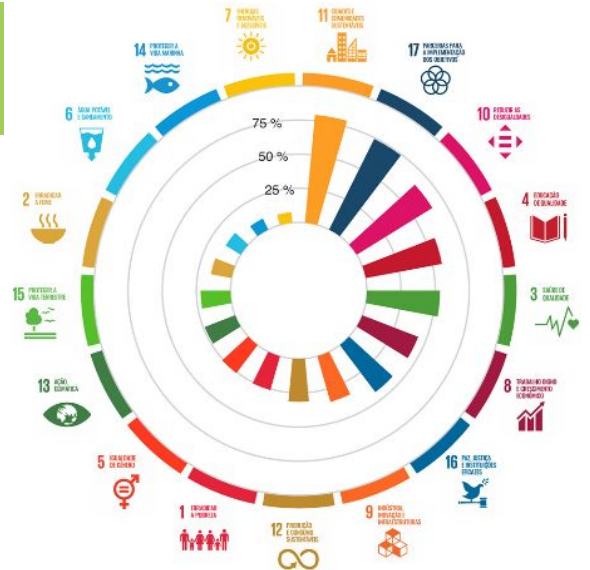


Figura 4 – Contributo dos Projetos locais para os ODS no Baixo Guadiana (março de 2026)



Por outro lado, quanto aos **Projetos** locais registados, os cinco ODS mais beneficiados são os **ODS 6 – Educação de Qualidade**, **ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos**, **ODS 1 – Erradicar a Pobreza**, **ODS 2 – Erradicar a Fome** e o **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis** (**Figura 4**).



Painéis de Peritos

Na reflexão conjunta promovida no **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, os oradores convidados marcaram a manhã com reflexões e contributos importantes para a Sessão Prospetiva do Baixo Guadiana.



Vânia Serrão de Sousa (Pró-Reitora para as Ciências da Sustentabilidade da Universidade do Algarve) realçou o **grande valor natural e paisagístico deste território**, onde sobressai a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, mas também toda a margem do rio Guadiana e “*a parte mais interior, onde existem áreas com grande valor ecológico, como, por exemplo, a Ribeira da Foupana*”. Realçou ainda as **parcerias entre ciência e sociedade**, com elevado potencial para reforçar a conservação da natureza, a qualidade de vida e o desenvolvimento local.

Neste âmbito, destacou projetos de investigação interventivos da Universidade do Algarve que **conjugam a inovação com a valorização do património natural e cultural**, em particular nos **territórios abrangidos pela reserva natural e suas salinas tradicionais**. Entre os objetivos dos projetos em execução, referiu valências como a sensibilização e mobilização das comunidades locais, o restauro de ecossistemas e conservação de espécies ameaçadas, e o desenvolvimento de biotecnologia, como por exemplo na valorização dos microrganismos das salinas.

Na sua opinião, “*a conservação da natureza deve continuar a ser o ponto central*” e, para reforçar a **escala e estabilidade** dos projetos, considera necessário **assegurar financiamento** a médio e longo prazo, assim como **garantir a articulação institucional**, sem a qual os projetos se tornam experiências isoladas, desperdiçando-se parte do progresso atingido. Uma articulação institucional que deverá ser **participativa e mobilizadora**, de forma a “*envolver autarquias, entidades públicas, empresas, associações de desenvolvimento local, associações de conservação da natureza, comunidades locais e o sistema científico*”.



Seguiu-se **Joaquim Brandão Pires** (Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL), que destacou uma preocupação central: “*existe um **défi ce de investimento público** neste território e um certo abandono por parte da administração central*”. A **transferência de competências e responsabilidades de financiamento** para as autarquias locais, outrora provenientes do nível central da administração pública, nem sempre é acompanhada pelos recursos e capacidades necessários para lhes permitir responder de forma equilibrada e eficaz. Consequentemente, assiste-se a um **agravamento das desigualdades entre municípios**,

pois “*nem todos têm capacidade para substituir esse investimento*”, gerando défices que não são colmatados pela administração central.

Por outro lado, o orador considera que esta fragilidade também se expressa num **défi ce de planeamento estratégico**, em que “*cada vez mais reagimos aos problemas em vez de os antecipar*”. Assim, para além de defender a revisão do modelo de descentralização em vigor, o orador considera essencial “*voltar a uma lógica de planeamento estratégico, especialmente num contexto de alterações climáticas*”. Para tal, será necessário **incorporar os riscos climáticos em cenários futuros**, para não só assegurar a mitigação e a adaptação climática, mas também desenvolver medidas que visem uma prosperidade que seja sustentável. Neste âmbito, destacou a importância de instrumentos que orientam as políticas públicas, como os **planos de ação climática municipais** e estratégias regionais, como o **Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve**, “fundamental para reduzir perdas de água e modernizar infraestruturas”, e o **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve**, sob revisão.

Salientou que o planeamento estratégico deverá integrar o **elevado potencial dos territórios raianos**, valorizando as suas ligações sociais, culturais e ambientais com Espanha, assim como a sua potencial centralidade em atividades económicas de escala ibérica.



Pedro Prista (*Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa*) trouxe uma reflexão crítica sobre o turismo, enquanto um setor que se posiciona “*simultaneamente como uma evidência e um problema pouco questionado*”. Ao explicitar este paradoxo, salientou a importância de **distinguir o turismo enquanto potencial para um desenvolvimento equilibrado**, valorizando o território e as comunidades locais, **do turismo massificado** que promove modelos de consumo insustentáveis, responsável por intensificar a pressão sobre os recursos e as populações residentes.

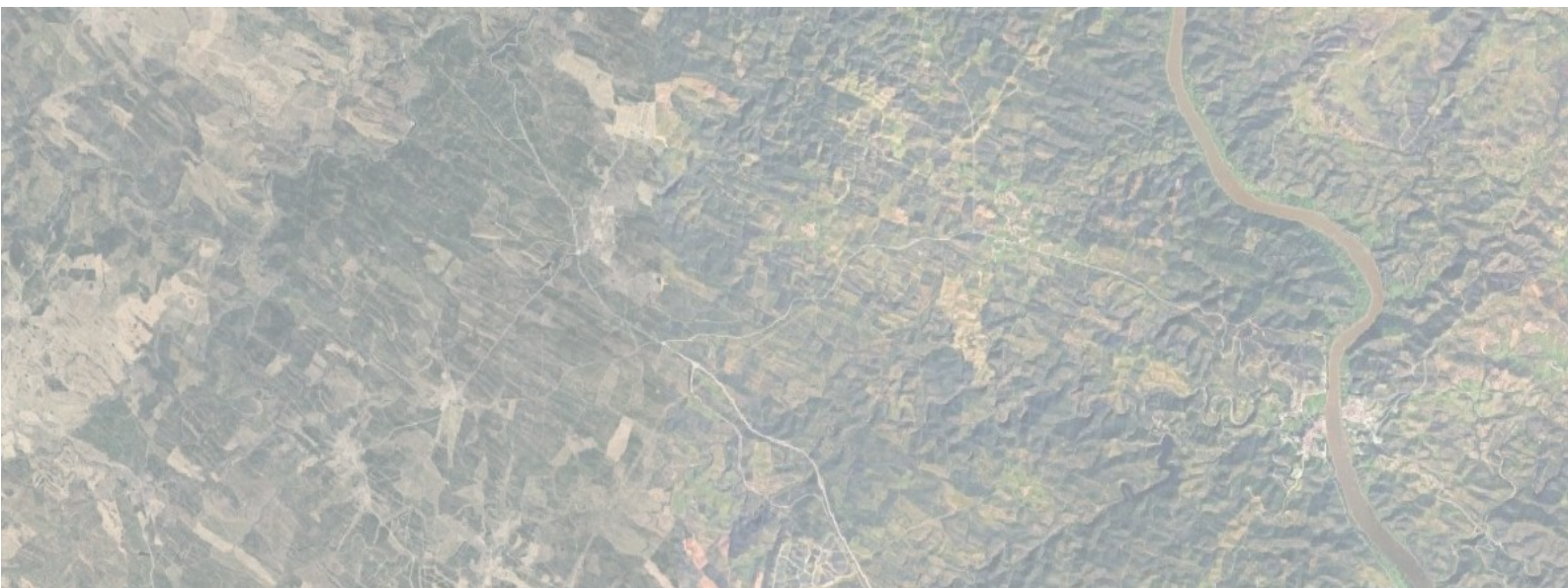
Salientou ainda como problemas a ter em conta, tanto **o desequilíbrio entre os centros de decisão e os territórios**, que dificulta a governança local e a participação ativa das suas comunidades locais, como o **défice de pensamento crítico e de capacitação cívica** para fazer face aos padrões de consumo insustentáveis que são amplificados por uma “*forte influência do marketing, da publicidade e das redes sociais, sobretudo sobre os jovens*”. Como tal, Pedro Prista defende uma **mudança de paradigma** apontando um conjunto de medidas urgentes: **pensar o turismo de forma crítica, envolver as comunidades locais nas decisões, promover uma cidadania ativa e informada, integrar políticas culturais no debate sobre sustentabilidade e trabalhar com as escolas e jovens**. Em suma, para o orador, “*o turismo pode ser parte da solução, mas apenas se for profundamente repensado*”, sendo essencial **identificar boas práticas e desenvolver políticas públicas participativas** neste setor.



João Guerreiro (*Universidade do Algarve*) partilhou uma **reflexão sobre o desenvolvimento local**, caracterizado por ciclos “*muitas vezes associados à disponibilidade de financiamento comunitário*”, alternando-se fases de dinamização (com financiamento) e de quebra (quando esse financiamento termina), o que se repercute na **descontinuidade e instabilidade** dos progressos atingidos.

Perante este quadro, considera essencial **reforçar a cooperação ao nível intermunicipal e interinstitucional**, de forma a fomentar um desenvolvimento que seja sustentado e sustentável, sublinhando também o **papel da sociedade civil e das associações de desenvolvimento local** empenhados em projetos e iniciativas diversificadas, desde a valorização do património natural e cultural à promoção de recursos endógenos, incluindo a recuperação de saberes tradicionais e a construção com materiais locais, bem como a publicação de guias turísticos e de interpretação dos valores naturais e culturais.

Para João Guerreiro, as **estratégias políticas** deverão estabelecer parcerias duradouras que visem o **reconhecimento e a divulgação** destas boas práticas e que **potenciem a estabilidade dos seus recursos** (financeiros e materiais), de forma a promover uma continuidade dinâmica do desenvolvimento local. Como “*os problemas não respeitam limites administrativos*”, o orador salienta que são necessárias “***soluções intermunicipais***” e **transfronteiriças**, implicando também a partilha de potencialidades e forças comuns que importa valorizar e desenvolver.



Fóruns de Discussão

Numa reflexão conjunta sobre o presente e o futuro do Baixo Guadiana, os participantes, representando diversas entidades, **identificaram problemas e procuraram definir caminhos para um desenvolvimento mais sustentável**, mobilizando as suas experiências e conhecimentos, bem como a informação exposta nos painéis de peritos.

Nesta troca de impressões e opiniões, os moderadores das mesas, mediante um guião temático pré-estabelecido, mas flexível, convidaram depois os participantes a posicionarem-se em diagramas temáticos que resultam na representação gráfica do conjunto de respostas. Com base nesses diagramas, apresentamos uma análise sintética dos resultados relativos a temas como o **despovoamento**, os **impactos das alterações climáticas**, a **priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e a **análise SWOT** do Baixo Guadiana.



Temas abordados nas mesas de debate e reflexão

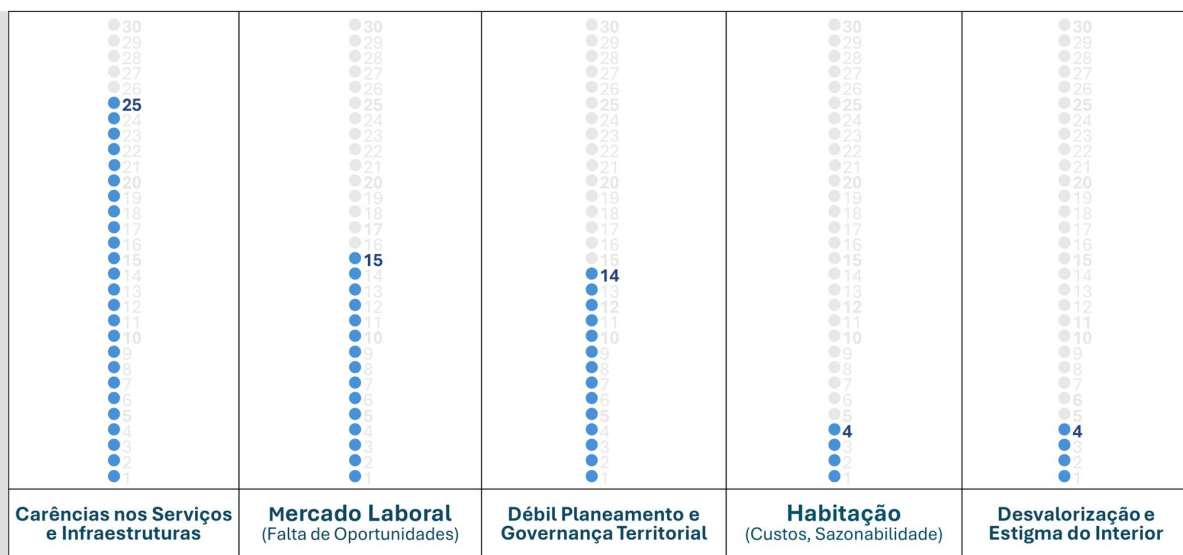
- Demografia e fatores de despovoamento
- Impactos das alterações climáticas na região
- Energias renováveis
- Áreas classificadas e/ou protegidas
- Comunicação e transição digital
- Cultura e património histórico
- Cooperação transfronteiriça com Espanha
- Principais forças e fraquezas, ameaças e oportunidades do Baixo Guadiana (SWOT)
- ODS adotados como prioritários

Demografia e fatores de despovoamento

Na reflexão promovida sobre os principais fatores responsáveis pela perda demográfica que ocorre neste território, os participantes identificaram e votaram nos que consideram mais relevantes (**Figura 5**).

Os participantes das quatro mesas de discussão sublinharam as carências do Baixo Guadiana no que diz respeito aos **serviços e infraestruturas**, a falta de oportunidades no **mercado laboral** e um débil **planeamento e governança territorial**. Nesta reflexão, destacou-se que a carência de uma visão estratégica se repercute na falta de investimentos públicos e incentivos que poderão atrair e reter a população. Seguidamente, foi destacada a crise no mercado de **habitação**, fortemente afetado pela sazonalidade, cujos custos elevados são incompatíveis com os rendimentos da maioria da população residente no Baixo Guadiana. Com igual peso, os participantes referiram ainda a **desvalorização do interior** que gera um estigma social, com impacto na autoestima das comunidades.

Figura 5 –
Os fatores mais importantes para o despovoamento do Baixo Guadiana (total das 4 mesas)



Elencados os principais fatores de despovoamento, como se podem atrair e fixar residentes e jovens neste território? Os participantes convergem na ideia de que atrair e fixar jovens e jovens casais depende, acima de tudo, de **garantir condições básicas de vida**, com destaque para o **emprego** e a **habitação**. A falta de oportunidades profissionais é apontada como um dos principais entraves, levando muitos a sair para estudar e a não regressar porque “*não encontram trabalho nas suas áreas*”. Ao mesmo tempo, o acesso à habitação é descrito como crítico, sendo hoje quase “*impossível comprar ou alugar uma casa*”, o que exige **políticas mais eficazes**, desde a **reabilitação de imóveis devolutos** até **incentivos** ao arrendamento acessível e à fixação de residentes permanentes.

Outro eixo central é a necessidade de **reforçar serviços essenciais**, tornando o território mais atrativo no dia a dia. Os participantes sublinham essencial “*facilitar a vida*” às famílias, através de **melhores respostas na saúde, educação e apoio social**, bem como uma **mobilidade mais eficiente**. A insuficiência de transportes públicos adequados — quer ao nível das ligações, quer da frequência — é apontada como um obstáculo significativo, dificultando a conciliação entre a vida profissional e familiar. Em contrapartida, os intervenientes defendem a valorização dos ativos do território, como a **natureza, a tranquilidade e o potencial para o turismo sustentável e as novas formas de trabalho, incluindo o remoto**.

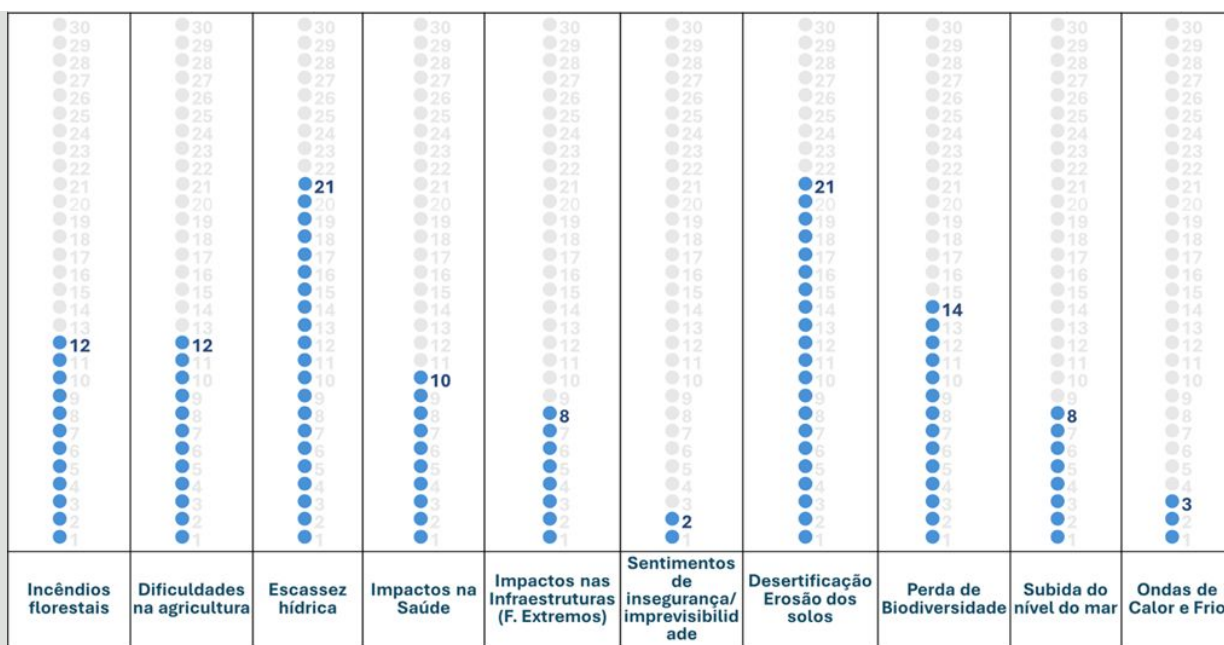
Para inverter o despovoamento, defendem-se **incentivos ao investimento, apoio ao empreendedorismo local e uma verdadeira “discriminação positiva” para territórios de baixa densidade**. Ao mesmo tempo, é necessário mudar perceções e **combater a ideia de inferioridade** associada ao interior, mostrando que estes territórios podem oferecer qualidade de vida e oportunidades reais — pois, sem condições concretas, “*as pessoas pensam mil vezes antes de regressar ou ir para estes territórios*”.

Os intervenientes consideram também de forma clara que a **comunicação e a transição digital devem ser uma prioridade**, tanto pelas oportunidades que criam, destacando o **potencial do teletrabalho e das novas tecnologias**, referindo que “*cada vez há mais trabalhos que podem ser feitos à distância*”, o que pode **ajudar a fixar população e a dinamizar territórios mais periféricos**. Por outro, sublinham que persistem “*falhas ainda a colmatar*” e “*zonas de sombra*” na cobertura de internet e rede móvel, o que limita a atratividade do território e evidencia a necessidade urgente de reforço das infraestruturas digitais. Ao mesmo tempo, a transição digital é vista não apenas como uma questão tecnológica, mas como **parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial mais ampla**, capaz de melhorar a comunicação e valorizar recursos locais.

Impactos das Alterações Climáticas no Baixo Guadiana

Entre os principais impactos das alterações climáticas (**Figura 6**), os participantes destacaram sobretudo a **desertificação e erosão dos solos** e a **escassez hídrica** no Baixo Guadiana. Seguem-se, ainda com grande expressão nas respostas, a **perda de biodiversidade**, as **dificuldades na agricultura** e os **incêndios florestais**. Seguidamente, foram assinalados os impactos na **saúde** e dos fenómenos extremos **nas infraestruturas**, assim como a **subida do nível do mar**. Por fim, os participantes elencaram, em particular, os impactos específicos das **ondas de calor e frio** e os **sentimentos de insegurança** associados à imprevisibilidade dos impactos das alterações climáticas.

Figura 6 –
Principais Impactos das
Alterações Climáticas no
Baixo Guadiana
(total das 4 meses)



Por sua vez, os intervenientes sublinham que a **adaptação às alterações climáticas exige respostas imediatas**, sobretudo face ao aumento das temperaturas e aos seus impactos na saúde. Destacam a necessidade de melhorar o **conforto térmico nas habitações e cidades**, combinando soluções tecnológicas com soluções naturais: reforço do isolamento, uso de climatização quando necessário e, sobretudo, **maior arborização e criação de sombras** – sublinhando que “*chegamos a ter diferenças de 5º à sombra de uma árvore*”.

Os participantes destacaram também a importância de um **melhor planeamento urbano**, evitando erros que agravem os riscos climáticos, defendendo-se a criação de “**refúgios climáticos**” que assegurem a habitabilidade do território em períodos de calor extremo.

Outro eixo considerado crítico é a “**má gestão da água**” e a **falta de adaptação dos modelos agrícolas** às especificidades climáticas e ecológicas do território, gerando-se um consenso quanto à necessidade de reduzir desperdícios, reutilizar águas residuais e investir em sistemas de rega mais eficientes. Os participantes advogam ainda uma mudança estrutural na agricultura, através do **abandono de culturas intensivas em água** e a **valorização de práticas mais resilientes, como a agricultura de sequeiro e modelos agroecológicos**. A par disso, sublinha-se a necessidade de **maior consciência e mobilização coletiva**, já que o consumo excessivo resulta muitas vezes da “**invisibilidade**” dos recursos, exigindo mais **educação ambiental** e maior responsabilidade no uso da água. Defendem ainda uma **gestão mais sustentável dos solos e das florestas**, incluindo a diversificação de espécies.

Energias renováveis

Solicitou-se aos participantes que avaliassem o estado atual das energias renováveis no Baixo Guadiana e potenciais caminhos futuros. Desde logo, foi consensual uma **avaliação desfavorável à abordagem vigente** no território, manifestando-se simultaneamente um claro reconhecimento de que **a transição energética é necessária**, desde que associada ao **autoconsumo** e a **soluções descentralizadas**. De facto, **as grandes centrais solares e eólicas concentram a maioria das críticas**, consideradas responsáveis pela “**descaracterização do território**”, muitas vezes **sem retorno local** — “*não há dividendos, não há compensações para quem lá vive*”. Em particular, foi apontada a falta de planeamento e de participação pública na implementação de grandes centrais solares instaladas em zonas do interior, com **decisões percecionadas como avulsas e pouco integradas**, dominadas por uma lógica “*económica e financeira*” que nem sempre respeita o valor ambiental.

Neste sentido, os participantes consensualizaram a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e integrada. Defendem **melhor planeamento, maior participação e exigência no licenciamento** e **estudos de impacto rigorosos**, bem como a articulação entre energia, ordenamento do território e outros setores. Uma das ideias mais destacadas é a de **privilegiar áreas urbanizadas e edificadas** — “*há tantas superfícies já impermeabilizadas onde se podem colocar painéis solares*”, como edifícios residenciais, infraestruturas públicas e áreas de estacionamento — e **evitar a ocupação de zonas sensíveis**. Ao mesmo tempo, sublinha-se a importância de **reduzir consumos** e **aumentar a eficiência energética**, bem como garantir benefícios concretos para as populações locais.

Neste contexto, **as comunidades energéticas** surgem como um dos caminhos mais promissores, associadas a uma lógica de **produção e consumo local, mais justa e participada**. São vistas como uma alternativa ao modelo centralizado, permitindo maior proximidade às populações e partilha de benefícios. Em síntese, a transição energética deve avançar, mas “**de forma equilibrada**”, garantindo que não compromete o território nem aprofunda desigualdades, e que se traduz efetivamente em valor para a região e para quem nela vive.

Áreas Classificadas

E qual a importância atribuída pelos participantes às áreas classificadas e/ou protegidas do Baixo Guadiana, e o seu papel estratégico no futuro deste território? Os participantes convergem na ideia de que **as áreas classificadas e protegidas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Baixo Guadiana**, não apenas pela conservação da biodiversidade, mas também pelo seu valor económico, cultural e identitário. São vistas como “**polos âncora dos territórios**”, capazes de sustentar atividades tradicionais — como as salinas e a agricultura extensiva — ou o turismo de natureza, atraindo visitantes e investimento. Ao mesmo tempo, sublinha-se que o seu valor vai além dos limites formais, já que “**o valor natural desta zona não se resume apenas às áreas classificadas**”, devendo o território ser entendido como um sistema ecológico contínuo.

Contudo, há críticas consistentes ao estado atual da gestão destas áreas. Aponta-se a **falta de meios, fiscalização e articulação institucional**, resumida na ideia de que “*a lei existe, mas não é aplicada com eficácia*”, bem como uma excessiva burocratização que limita a ação no terreno sem trazer vantagens comparativas.

Além disso, sublinha-se que continua por concretizar o passo decisivo de **traduzir a conservação em valor económico efetivo**: “*não basta classificar*”, sendo necessário estruturar todo o processo e integrá-lo em dinâmicas de mercado, através de instrumentos como **a remuneração dos serviços de ecossistema** ou os mecanismos associados ao **mercado de carbono**.

Como caminhos futuros, os intervenientes defendem **uma abordagem mais integrada e participativa**, com melhor planeamento, maior envolvimento das comunidades e **valorização dos produtos e serviços associados à natureza**. Por outro lado, foi sublinhado que “*o turismo não pode ser a devassa do território*”, devendo ser estruturado e alinhado com os valores ambientais. Neste contexto, foi também destacada a importância da **educação ambiental** para aumentar o conhecimento e a aceitação social — explicando, por exemplo, porque é que não se pode construir em determinadas áreas. Em síntese, o desafio passa por **transformar estas áreas em motores de desenvolvimento sustentável, conciliando proteção, valorização económica e apropriação social do património natural**.

Património histórico e cultural

No conjunto das mesas de discussão, os intervenientes convergem na ideia de que o património cultural e histórico é um **elemento central da identidade local e um recurso estratégico para o desenvolvimento do território**. É entendido como uma base de **afirmação coletiva** e de **diferenciação territorial**, com forte capacidade de gerar valor económico e social quando devidamente mobilizado, sobretudo quando associada a **iniciativas locais** que **reforçam a autenticidade** e a **identidade territorial**.

Segundo os participantes, o património cultural deve ser também **entendido de forma ampla**, integrando não apenas os elementos materiais, mas também os saberes e práticas tradicionais. Para mobilizar o seu potencial, será necessário um melhor **planeamento estratégico que fomente dinâmicas culturais duradouras promotoras do desenvolvimento local**. Isso implica apostar em iniciativas sobretudo à escala local e com autenticidade, pois cria experiências valorizadas pelos visitantes e reforça o sentimento de pertença. Ao mesmo tempo, destaca-se a **necessidade de refletir criticamente sobre os modelos de turismo e desenvolvimento**, para que o património funcione não apenas como recurso de preservação, mas como **motor vivo de coesão social, valorização territorial e sustentabilidade económica**.

Cooperação transfronteiriça

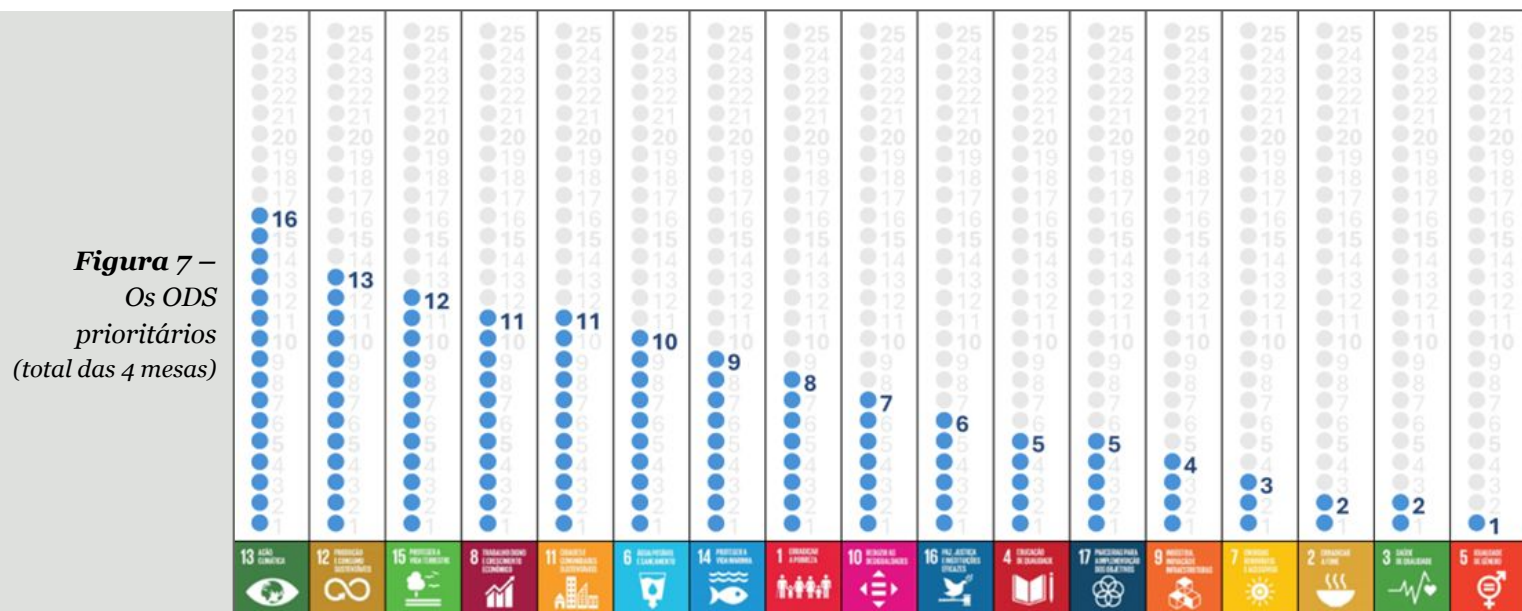
Quanto à cooperação transfronteiriça, qual é o seu potencial estratégico para o Baixo Guadiana e o que falta fazer neste domínio? Os intervenientes são unânimes em considerar que a cooperação transfronteiriça com Espanha tem um **elevado potencial estratégico** neste território. A proximidade é vista como uma vantagem estrutural que permite **integrar mercados e recursos**, com impacto direto em setores como o comércio, a restauração e a agricultura. Como referem, o “*poder de compra ali ao lado*” reforça a capacidade de **atração de investimento, visitantes e atividades económicas**, beneficiando também da complementaridade de infraestruturas.

Ao mesmo tempo, destaca-se que **a cooperação já gera efeitos positivos concretos na vida das populações e na economia local**, desde a circulação de consumidores espanhóis até à redução de sazonalidades e à criação de um território mais integrado. Exemplos como o rio Guadiana, que “*vendemos como um destino único*”, ilustram o potencial de **construção de uma identidade partilhada e de valorização conjunta** de recursos, incluindo mobilidade, redes cicláveis e outras infraestruturas comuns. No entanto, os intervenientes sublinham que este potencial ainda **está longe de ser plenamente concretizado**, com muitos projetos e intenções a permanecerem “*no papel*”, o que limita o impacto efetivo no quotidiano das pessoas.

A cooperação em áreas como **saúde, educação, emprego e transportes** enfrenta ainda **constrangimentos significativos**, sendo necessário “*transformar essa vontade em ação coordenada*” para ultrapassar diferenças regulamentares. Para além disso, é apontada a importância de **reforçar a dimensão cultural e relacional da cooperação, combatendo a “patologia cultural de exclusão” e promovendo maior conhecimento mútuo**. Só com uma abordagem mais integrada — institucional, económica e cultural — será possível transformar a cooperação transfronteiriça num verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável para a sub-região.

ODS Prioritários no Baixo Guadiana

Solicitou-se também aos participantes que elessem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável cuja ação considerassem prioritária para o Baixo Guadiana (**Figura 7**).



Os cinco ODS destacados como prioritários foram o **ODS 13** – *Ação Climática*, o **ODS 12** – *Produção e Consumo Sustentáveis*, o **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre*, o **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico* e o **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis*.

Se compararmos estas escolhas com os resultados dos Indicadores de Referência da Plataforma ODSlocal apresentados no Diagnóstico ODSlocal do Baixo Guadiana, salientam-se algumas tendências dominantes.

Em primeira instância, a priorização atribuída pelos participantes espelha a avaliação de um conjunto de indicadores ODSlocal cujo desempenho se revela aquém das metas para 2030 no Baixo Guadiana; nomeadamente, no que diz respeito aos **ODS 12** – *Produção e Consumo Sustentáveis* (25%), **ODS 13** – *Ação Climática* (38%), **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre* (45%), **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis* (45%) e **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico* (46%).

Foi também identificada uma concordância no sentido inverso, pois os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com melhor desempenho na Plataforma ODSlocal não se situam entre os mais priorizados. Em particular, verifica-se este padrão no **ODS 4** – *Educação de Qualidade* (69%), no **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* (61%) e no **ODS 5** – *Igualdade de Género* (55%).

No entanto, os participantes também priorizaram ODS que, segundo o Diagnóstico da Plataforma ODSlocal, não se destacam como tendo um desempenho negativo.

Neste sentido, ambicionam aprofundar o desempenho e resiliência da gestão de água e a proteção dos ecossistemas subaquáticos, expressa na priorização atribuídas aos **ODS 6** – *Água Potável e Saneamento* (67%) e **ODS 14** – *Proteger a Vida Marinha* (53%), assim como a qualidade de vida das populações, particularmente no que diz respeito ao **ODS 1** – *Erradicar a Pobreza* (62%).

Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades do Baixo Guadiana

Perspetivando caminhos futuros, realizou-se uma análise SWOT, tendo sido solicitado aos participantes que debatesses e elegessem os principais fatores de génese endógena (Forças e Fraquezas) e exógena (Oportunidades e Ameaças), tendo em vista o desenvolvimento sustentável no Baixo Guadiana.

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Figura 8 – Análise SWOT (total das 4 mesas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PATRIMÓNIO NATURAL E QUALIDADE AMBIENTAL ▪ PATRIMÓNIO CULTURAL E HISTÓRICO ▪ CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS (RAIA, GUADIANA, CLIMA) ▪ QUALIDADE DE VIDA ▪ SALICULTURA TRADICIONAL ▪ RESILIÊNCIA E COESÃO SOCIAL ▪ PARCERIAS COM TERRITÓRIOS EUROPEUS SEMELHANTES (ESPANHA E SUL DE FRANÇA) ▪ SEGURANÇA ▪ ODIANA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CRISE DE HABITAÇÃO SEM RESPOSTA POLÍTICA ▪ FRAGILIDADE CÍVICA E IDENTITÁRIA ▪ FALTA DE POLÍTICAS LOCAIS E REGIONAIS (ESTRATÉGIAS, COORDENAÇÃO) ▪ DESINVESTIMENTO PÚBLICO ▪ MERCADO LABORAL (BAIXAS CONDIÇÕES E VALOR ACRESCENTADO) ▪ DESPOVOAMENTO E ENVELHECIMENTO ▪ DESERTIFICAÇÃO E ESCASSEZ DE ÁGUA ▪ FRAGILIDADE ECOLÓGICA ▪ FOCOS DE POBREZA NO TERRITÓRIO ▪ BAIXA ESCOLARIDADE 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TURISMO DE NATUREZA ▪ TRANSIÇÃO DIGITAL E TELETRABALHO ▪ GOVERNANÇA TERRITORIAL INOVADORA (EUROGUADIANA E BAIXO GUADIANA) ▪ RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO (TERRITORIAL, AMBIENTAL E CULTURAL) ▪ REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA DO GUADIANA (PRR E COOPERAÇÃO UE) ▪ PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ▪ PROTEÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TURISMO DE MASSAS ▪ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ▪ DESORDENAMENTO TERRITORIAL E MÁSPRÁTICAS AMBIENTAIS (AGRICULTURA INTENSIVA, GRANDES CENTRAIS SOLARES, POTENCIAL EXPLORAÇÃO MINEIRA) ▪ INSTABILIDADE E ASSIMETRIA GEOPOLÍTICA (GUERRA, COMPETITIVIDADE) ▪ CENTRALISMO NACIONAL E REGIONAL ▪ ACULTURAÇÃO E PERDA IDENTITÁRIA

Entre os fatores **endógenos**, as *forças* mais destacadas e em evidência referem-se à **singularidade do património natural, cultural e histórico do Baixo Guadiana**, tal como a **qualidade ambiental e as características geoambientais** deste território que conjuga o rio Guadiana com o litoral e o interior algarvio. Com menor expressão sucede-se a **salicultura tradicional** e a resiliência e coesão social, e por último, a **segurança vivenciada pelas comunidades** do Baixo Guadiana, as **parcerias firmadas com territórios europeus** de características semelhantes (Espanha e sul de França), assim como o contributo da ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana para a valorização deste território.

No sentido oposto, entre as *fraquezas*, surge destacada a **crise da habitação** decorrente do aumento dos preços do mercado imobiliário e sua crescente inacessibilidade para uma parte significativa da população, agravada pela ausência de respostas políticas eficazes. Por outro lado, a **fragilidade cívica e identitária** é também identificada como uma fraqueza, definida pelos participantes como a desvalorização das comunidades locais e a diminuição da sua intervenção cívica. Estes fatores são ainda agravados pela **precariedade laboral vivenciada neste território, assente num perfil económico pouco diversificado** com escassas oportunidades de emprego, dependente sobretudo do turismo, que, na opinião dos participantes, gera pouco valor acrescentado para as comunidades locais.

A **ausência de uma visão estratégica** nas políticas locais e regionais é apontada como uma fragilidade estrutural, refletindo-se na escassez de medidas eficazes, na fraca articulação institucional e na insuficiência de investimento público. De acordo com os intervenientes, este contexto, **aliado aos fenómenos de despovoamento e envelhecimento demográfico, alimenta um ciclo de reforço mútuo**: por um lado, estas carências desincentivam a retenção e atração de população; por outro, a perda de residentes dificulta a revitalização dos territórios e a reivindicação de melhores condições. Com igual peso como fraquezas deste território, foi sublinhada a **escassez de água e a desertificação e erosão dos solos que afeta principalmente o interior do Baixo Guadiana**. Por último, foram ainda apontadas as fragilidades ecológicas derivadas de pressões humanas e da carência de fiscalização ambiental efetiva, assim como fragilidades sociais que perduram, tais como focos de pobreza e baixos níveis de escolaridade da população.

Entre os fatores **exógenos**, sobressaem as *oportunidades* derivadas do **turismo de natureza, da transição digital do território e da governança territorial inovadora potenciada pela Eurocidade do Guadiana, através da cooperação intermunicipal, interinstitucional e transfronteiriça**. Neste sentido, foi realçada a importância de fomentar a valorização do património natural, histórico e cultural, sendo igualmente necessária uma visão estratégica mobilizadora que vise a prosperidade, a autoestima e o reconhecimento das várias forças deste território. Segundo os participantes, estas orientações deverão alavancar a **revitalização da economia circundante ao rio Guadiana**, o que requer a mobilização de financiamento nacional e europeu para medidas que incentivem o desenvolvimento de boas condições laborais e setores com valor acrescentado para o território e suas comunidades. Por fim, referiram-se oportunidades derivadas do fortalecimento das parcerias e de abordagens participativas para o desenvolvimento sustentável, assim como a concretização de **incentivos para a boa gestão e proteção ambiental do território**, com benefícios para o bem-estar comunitário e qualidade ambiental.

Em contraponto às oportunidades, ao elencarem as *ameaças*, os participantes priorizaram impactos transversais (socioeconómicos, ambientais e culturais) que advêm das **alterações climáticas** e da **massificação do turismo**. Salientou-se ainda o **desordenamento do território** e as **más práticas ambientais** (agricultura intensiva, grandes centrais solares e potencial exploração mineira), com impactos negativos no território e na qualidade de vida das comunidades locais. Em igual medida, foram identificadas ameaças de cariz político. Por um lado, foi referida a **centralização de políticas em detrimento das necessidades locais e do Baixo Guadiana** – uma centralização que ocorre sobretudo a nível nacional, mas também a nível regional. Por último, os participantes consideram, enquanto ameaça, a tendência de aculturação e **perda identitária experienciada pelas comunidades locais**, fruto da massificação turística comum em quase todo o território do Algarve.



Notas Finais

Do conjunto de contributos e reflexões da Sessão Prospetiva sublinham-se, por fim, algumas notas para o futuro.

O Baixo Guadiana é reconhecido pelo seu **grande valor natural e paisagístico** – um território diverso que integra a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e a margem do Rio Guadiana, **zonas húmidas e ecossistemas fluviais com relevância internacional**, assim como a elevada biodiversidade dos **ecossistemas florestais** no seu interior. É consensual que **o património natural e as áreas naturais classificadas constituem um ativo central para o desenvolvimento sustentável** deste território, combinando conservação da natureza, incentivo às atividades tradicionais, inovação científica e reforço da identidade coletiva, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar comunitário. No entanto, segundo os participantes, este potencial permanece em grande parte por concretizar, sendo essencial assegurar uma **boa gestão dos valores naturais e uma fiscalização eficaz** que impeça a sua degradação, bem como desenvolver instrumentos capazes de **traduzir os serviços dos ecossistemas em valor concreto** para o território e promover a articulação entre as instituições e as comunidades.

Quanto ao **património histórico e cultural**, é igualmente reconhecido como um recurso estratégico, capaz de reforçar a **identidade local e gerar dinâmicas económicas e sociais sustentáveis**. Para tal, é necessária uma **abordagem integrada e participativa das políticas culturais, educativas e de sustentabilidade**, assente na **articulação entre preservação, capacitação e valorização territorial**. Neste contexto, destacou-se a importância de promover iniciativas intergeracionais autênticas e enraizadas no território, capazes de estimular uma cidadania ativa, fortalecer os laços comunitários e gerar valor de ‘marca’ duradouro.

No contexto das dinâmicas entre cultura e desenvolvimento económico territorial, desenvolveu-se ainda uma **reflexão crítica sobre o turismo**, considerada uma **atividade estruturante** que, no entanto, acarreta **riscos associados à sua massificação**, como o consumo insustentável, a degradação ambiental e as fragilidades que acarreta no mercado laboral e habitacional. Neste contexto, defendeu-se que o turismo pode assumir um papel relevante no desenvolvimento sustentável, desde que seja objeto de uma **reconfiguração estrutural**, assente num **maior envolvimento das comunidades locais** nos processos de decisão e definição estratégica, e **articulado com políticas culturais e educativas**, de modo a potenciar benefícios efetivos para as comunidades locais.

Neste domínio, sobressai o **papel da sociedade civil**, particularmente as associações de desenvolvimento local e a **relação entre ciência e sociedade**, de onde têm resultado múltiplas **iniciativas inovadoras** nos domínios cultural, ambiental e territorial. Persistem, contudo, **desafios estruturais** que advêm de descontinuidades e desarticulação entre projetos inovadores, o que resulta muitas vezes na **fragilidade dos progressos alcançados**.

No plano da **governança e do planeamento**, foi sublinhado quer um **défi ce estrutural de investimento público**, quer dificuldades inerentes ao **processo de transferência de responsabilidades para os municípios** dada a disparidade de recursos e de capacidade de resposta. Neste sentido, foi reforçada a importância de “**voltar a uma lógica de planeamento estratégico**”, capaz de antecipar riscos e estruturar respostas de longo prazo para o território. Foram também salientadas **oportunidades estratégicas** inerentes a estes três municípios no âmbito da **cooperação intermunicipal e transfronteiriça**. Para a plena concretização deste **potencial motor de desenvolvimento sustentável**, será necessário evoluir para uma cooperação mais estruturada, contínua e integrada, sendo fundamental **ultrapassar barreiras administrativas, garantir articulação institucional e mecanismos estáveis de financiamento**.

Debateram-se ainda **eixos de ação prioritária** para o Baixo Guadiana. Em primeiro lugar, no **combate ao despovoamento no território**, que implica garantir condições básicas de vida, com destaque para **o acesso a emprego qualificado e à habitação**, identificados como fatores críticos para atrair e fixar jovens e famílias. A par disso, a **melhoria dos serviços essenciais** (saúde, educação, apoio social) e **da mobilidade** através do reforço da oferta de transportes públicos, do aumento da frequência e da melhoria das ligações intraterritoriais, contribui para reforçar a atratividade do território. Este desafio exige, sobretudo, uma **resposta estrutural integrada** que seja capaz de **mobilizar investimento, apoiar o empreendedorismo** e desencadear uma **efetiva valorização dos ativos locais**.

Em complemento, é necessária uma **estratégia de comunicação efetiva** que fortaleça a atratividade do Baixo Guadiana, assim como o bem-estar e o **sentido de pertença comunitária**, contrariando o ‘estigma do interior’ em algumas zonas. Neste contexto, é salientada a importância do reforço da **transição digital** como um **vetor estratégico complementar**, com potencial para dinamizar o território através do teletrabalho.

Já no domínio da **adaptação às alterações climáticas**, destaca-se a urgência de respostas integradas que combinem **soluções tecnológicas e baseadas na natureza**, com enfoque no **conforto térmico** (incluindo a arborização urbana e refúgios climáticos), a par da **gestão eficiente da água** e a **transformação dos modelos agrícolas**, adotando práticas mais resilientes e sustentáveis. Estas mudanças implicam também uma maior consciência coletiva e um reforço da governança participativa no planeamento territorial e na definição de políticas públicas. Quanto à **transição energética**, é reconhecida a importância estratégica do reforço da eficiência energética e da utilização de fontes renováveis, mas é sublinhada a **necessidade de corrigir desequilíbrios no modelo atual** baseado sobretudo na instalação de grandes centrais fotovoltaicas. Em alternativa, foi proposta uma abordagem assente em **soluções descentralizadas com benefícios concretos para as populações locais**, destacando-se o **potencial das comunidades energéticas** como modelo mais justo e participativo.

Globalmente, o futuro do território dependerá da **capacidade de articular diferentes dimensões – demográfica, económica, ambiental, cultural e institucional – numa visão estratégica coerente, capaz de transformar desafios em oportunidades e assegurar um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e sustentável.**



A [ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](https://odslocal.pt) é uma iniciativa que visa mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, da Agenda 2030 das Nações Unidas. Integra ações de capacitação local e um portal online dinâmico que permite visualizar e acompanhar os progressos e contributos de cada município em relação aos ODS.



Mobiliza para os ODS

Envolve decisores políticos e técnicos municipais



Contribui para visões do futuro

Define metas, indicadores e estratégias de ação



Monitoriza e cria indicadores

Garante robustez científica e orientações da ONU



Mapeia Boas Práticas e Projetos

Identifica projetos e práticas em prol dos ODS



Estimula parcerias e ação para os ODS

Potencia colaboração intra e intermunicipal



Valoriza e divulga a Agenda 2030

Destaca sucessos e contribui para sua replicação

R.A.
Açores



R.A.
Madeira



ODSlocal
em Números

144

Municípios
aderentes

165

Indicadores de
Referência

5 997

Boas Práticas
Municipais

2 039

Projetos locais

219 504

Visitantes
únicos

A Plataforma ODSlocal assenta numa parceria entre quatro entidades especializadas em sustentabilidade:



CNADS

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Coordena o Projeto ODSlocal e contribui para a constituição de parcerias e projeção pública da Plataforma ODSlocal.



OBSERVA

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa

Coordena os Indicadores de Referência, a divulgação da Plataforma para públicos diversificados, a dinamização de Sessões Prospetivas em territórios fronteiriços e co-coordena os Laboratórios Dinâmicos.



MARE

Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Atua na área da Governança e Literacia, com a co-coordenação dos Laboratórios Dinâmicos e a coordenação à escala local dos Laboratórios de Sustentabilidade e da exposição itinerante "ODS em Movimento".



2adapt

Serviços de Adaptação Climática

Responsável pela conceção e desenvolvimento do Portal ODSlocal; indicadores baseados em Sistemas de Observação da Terra, infografias, interoperabilidade entre portais e apoio aos municípios.

Saiba mais sobre a adesão em <https://odslocal.pt/como-aderir>

Visite-nos
www.odslocal.pt

Contacte-nos
info@odslocal.pt